

ATA Nº 06
REUNIÃO ORDINÁRIA – 09/11/2023

Aos nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três, na sala de reuniões do CRAS Monte Alegre, aconteceu a reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM). A reunião iniciou com a Presidente Bruna Luana Souza Javorski dando as boas-vindas às presentes e agradecendo a participação de Cleverson Silva dos Santos – Secretário Municipal de Assistência Social e de Rita Mara de Paula Araujo – Vice-prefeita. Na sequência, apresentou a pauta da reunião, sendo: Aprovação do Plano de Ação da Deliberação nº 08/2023 – CEDM/PR, Ações da campanha Outubro Rosa, Formalização de substituição de membros, Criação de comissão interna referente ao fundo municipal, Ofício nº 24/2023 - 1ª PJ e Edital de chamamento para equipagem de CRAM. Para dar início à reunião, Bruna passou a palavra para Marlise Marcondes Lopes (conselheira e Chefe de Divisão de Saúde Pública) para apresentação dos resultados da campanha Outubro Rosa. A conselheira expôs uma apresentação com fotos de todas as atividades desenvolvidas no mês, destacando o envolvimento e empenho de todas as equipes da Secretaria Municipal de Saúde. Destacou ainda a participação do CMDM e da OAB/PR, o que fortaleceu a campanha e ajudou a aumentar a procura pelos serviços. De acordo com ela a adesão das mulheres aos serviços de saúde superou os do ano passado. Somente na realização de preventivos o aumento foi de 233%. Foram realizados 760 preventivos, no ano passado foram 228. Os números nas liberações para mamografias também tiveram um salto. No ano passado no Outubro Rosa foram 237 encaminhamentos, nessa edição 578, um aumento de 143,8%. A procura pela vacina contra o HPV também surpreendeu. Em 2022 durante a Campanha foram aplicadas 272 doses, nesta edição foram 1.099. Assim, concluiu-se que a campanha foi exitosa. Dando continuidade à pauta, Bruna apresentou o Plano de Ação referente à Deliberação nº 08/2023 – CEDM/PR, destacando que o conselho conseguiu efetivar sua inscrição de CNPJ e concorrer ao recurso, que totaliza R\$ 45.000,00. Apresentou o Sistema de Acompanhamento do Cofinanciamento Estadual Fundo a Fundo (SIFF) e as etapas para adesão, que deve ser finalizada até 20 de novembro. Sobre a finalidade do recurso, expôs que este possivelmente será utilizado para serviço de acolhimento de mulheres vítimas de violência, o que foi aprovado por

todas as presentes. Destacou que haverá a necessidade de formalização desse programa. Na sequência, considerando que o fundo municipal está devidamente instituído, Bruna apresentou a necessidade de formação de uma comissão interna, tanto para a sua fiscalização como para definição de campanhas de captação de recursos. Assim, Larissa Dacal de Azevedo e Jacqueline Aparecida Lemes Prestes se voluntariaram como representantes governamentais e Thais Cristina Almeida Siqueira e Roberta de Paula Ferreira como representantes não-governamentais. Sobre a substituição de membros do conselho, Bruna solicitou que estas sejam formalizadas à diretoria, afim de que se mantenham decretos atualizados. Mencionou ainda que Mariana Ciminelli Maranhão (representante das usuárias da política de atendimento) terá que se desligar do conselho. Por ser uma vaga eletiva, definiu-se pela abertura de edital de chamamento público e posterior eleição para preenchimento da vaga. Em relação ao Ofício nº 24/2023, encaminhado pela 1ª Promotoria de Justiça, Bruna mencionou que há um projeto em andamento para a realização de grupos de trabalho com homens que praticaram violência contra a mulher. Citou que o projeto tem sido articulado pelo Dr. Harthyan Bruno Schuck de Medeiros e que contará com a parceria da Unifateb. Citou que o Promotor de Justiça encaminhou ofício solicitando apoio para a definição de local. Foram levantados como possibilidade o Instituto Federal do Paraná (IFPR) e a sede da OAB/PR, sendo que os contatos serão feitos a seguir. Por fim, Bruna apresentou sobre o Edital nº 01/2023 do Ministério das Mulheres, de chamada pública para a seleção de projetos para a estruturação da rede de atendimento às mulheres. Citou que os projetos podem totalizar o valor de até R\$ 250.000,00. Com o recebimento do recurso, objetiva-se equipar um Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM), contudo, o município deve sinalizar que possui planejamento para sua implantação. Sobre isso, Cleverson e Rita se comprometeram em levar o assunto para discussão junto ao Gabinete. Finalizando os assuntos definidos na programação e não tendo nada mais a tratar, eu Flávia Bueno da Luz lavrei a presente ata, que se aprovada, seguirá assinada por mim e pelos/as demais presentes.